

**LLYC**

# LULA VENCE EM UM PAÍS DIVIDIDO

Outubro, 2022

## ÍNDICE

1.	Presidente eleito: Luiz Inácio Lula da Silva	3
2.	Governabilidade no governo Lula	5
3.	Governabilidade por temas	8
4.	Resultado 2º turno - Estados	12
5.	Apoio por Estado	13
6.	Conclusão	14

## 1. PRESIDENTE ELEITO: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA



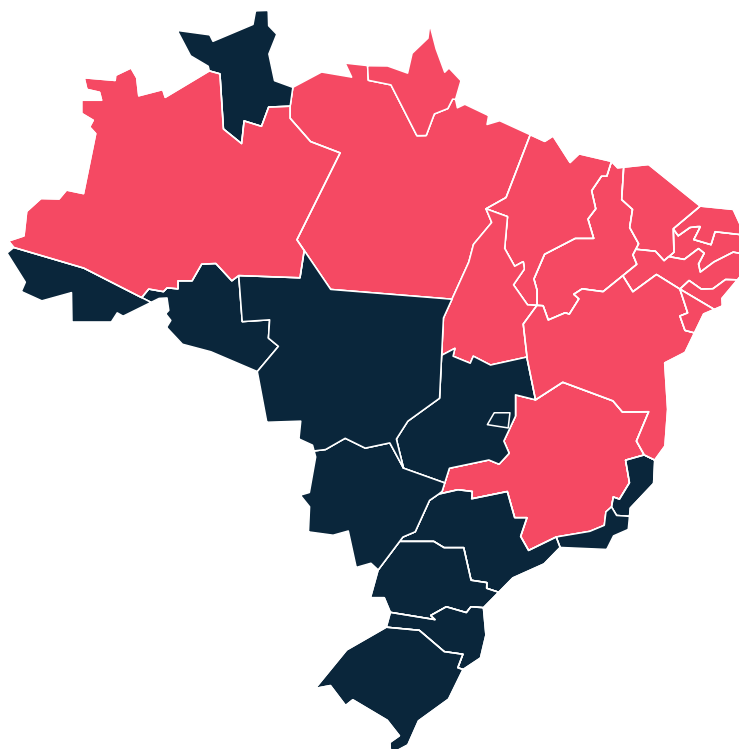
Lula (PT)

**50,9%**



Bolsonaro (PL)

**49,1%**



Dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral.

A eleição do Presidente Lula representa a volta emblemática da figura política mais relevante para o Brasil desde a redemocratização. Após ficar preso, em virtude dos processos da Lava-Jato, o presidente conseguiu a anulação dos processos em tempo de disputar à presidência da república, e ainda que goze de uma grande rejeição por parte do eleitorado nacional, conseguiu se eleger com um discurso que fez contraponto as principais pautas defendidas pelo atual presidente.

Com 50,8% dos votos obtidos, é certo que sua eleição não representa uma carta branca por parte da sociedade brasileira para que possa governar da forma que quiser. Em verdade, os

números da eleição demonstram de maneira clara um país fragmentado, socialmente e politicamente, e que demandará uma expertise política ainda maior de Luiz Inácio em seu terceiro mandato.

O crescimento da Centro-Direita no Congresso Nacional, e o enfraquecimento da Centro-Esquerda, especialmente com a diminuição da relevância do PSDB (partido que já governou o país em duas oportunidades), demonstram que o povo brasileiro continua insatisfeito com a forma como o país é conduzido, especialmente em temas como Segurança Pública e economia, além de demonstrar a relevância e a força de grupos conservadores, como os evangélicos.

Lula já demonstrou anteriormente que tem a capacidade de aglutinar apoio, e de transformar adversários em aliados, como conseguiu fazer com Geraldo Alckmin e Simone Tebet. Há que se dizer, no entanto, que precisará mais do que isso: deverá convencer um número expressivo de brasileiros que continuam apoiando o ex-presidente Bolsonaro, ou, na melhor das hipóteses, rejeitando completamente o PT, de que pode fazer um governo diferente dos seus dois primeiros mandatos, em temas como corrupção, e repetir os acertos dos programas sociais e de distribuição de renda.

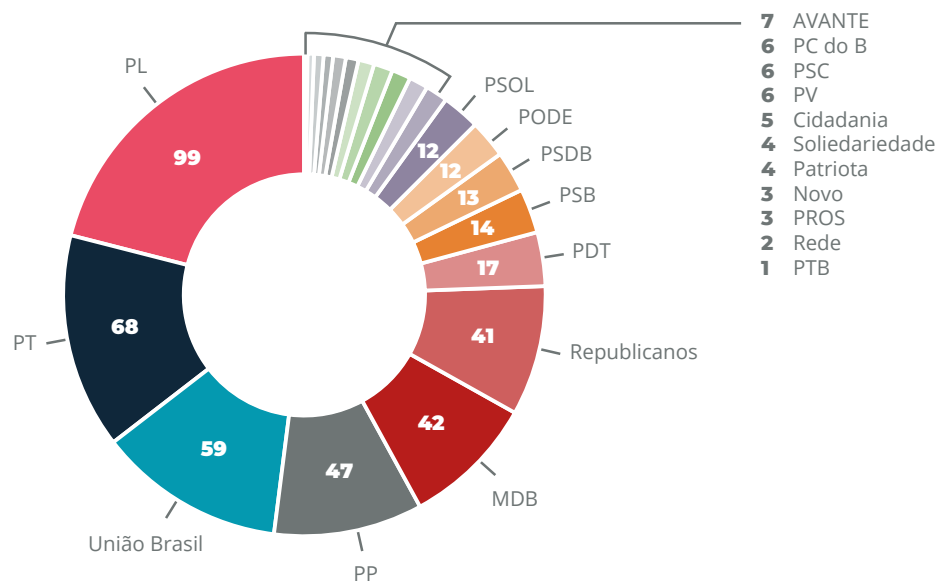
Também deverá transformar adversários em aliados nas duas casas do Legislativo, Câmara e Senado, onde o Centrão e o conservadorismo cresceram de maneira expressiva.

Neste sentido já deu declarações de que não concorrerá a uma eventual reeleição. Tal movimento representa uma demonstração de busca por apoio social, além de representar um aceno de boa-fé para os partidos políticos que, por hora, não fazem parte de sua base de apoio, de que o seu governo compartilhará e irá descentralizar a condução das pautas e da política, e que não representa um projeto de poder do Partido dos Trabalhadores.



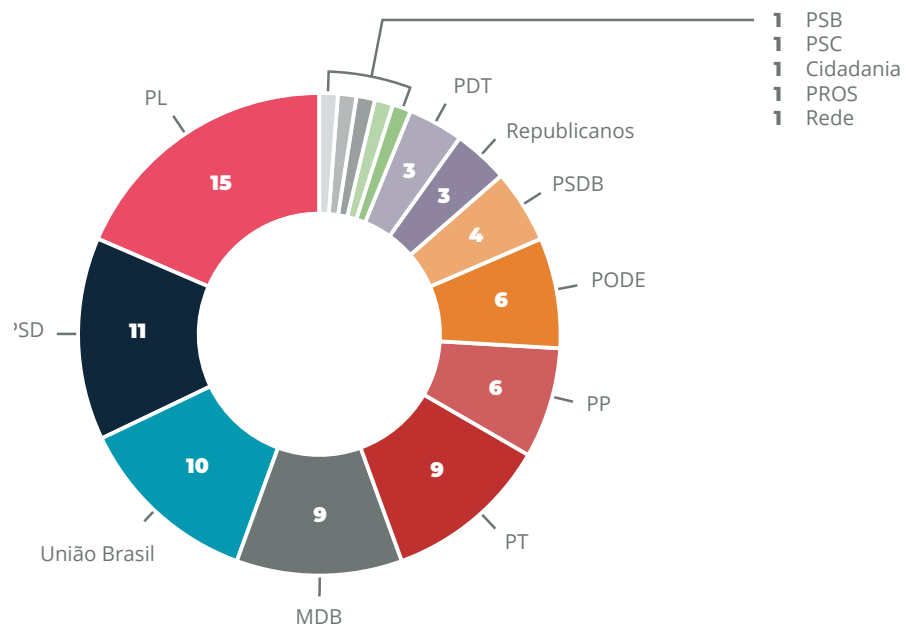
## 2. GOVERNABILIDADE NO GOVERNO LULA

### CÂMARA DOS DEPUTADOS



5

### SENADO



Em virtude das modificações eleitorais, o número de partidos políticos com representação no Congresso Nacional diminuiu de 30 em 2018, para 19 em 2022. Seis partidos não atingiram a cláusula de barreira, estão entre eles o PTB, Novo, Solidariedade, Pros, PSC e Patriota, o que implica que esse número de legendas deve diminuir ainda mais com a fusão entre partidos, e a formação de federações.

Apesar da diminuição de legendas, isso não representou uma diminuição da representatividade. Grupos minoritários como Mulheres, Negros, Pardos, Índigenas e Trans, cresceram.

Há que se dizer, no entanto, que com um congresso menos fragmentado e com o Centrão mais fortalecido, haverá uma diminuição na chamada “negociação política por varejo”, facilitando a construção da governabilidade, haja vista que o presidente Lula precisará dialogar com menos legendas, e reduzindo (em teoria) o espaço para as negociatas e para a troca de favores em busca de apoio político.

Outro ponto importante a ser observado pelo próximo presidente é que haverá um fortalecimento do Poder Legislativo em comparação com o Executivo. Com o Centrão elegendo 330 deputados na Câmara, questões como o controle orçamentário e as chamadas emendas do relator devem ser conduzidas de maneira a observar os interesses do legislativo e não do executivo.

Deve-se ter em mente, no entanto, que mesmo com esse novo perfil do Congresso Nacional, mais conservador e com maior força dos partidos de Centro-Direita, o presidente Lula não terá seu governo inviabilizado.

Historicamente, os partidos que formam o Centrão costumam se organizar de forma a observar seus próprios interesses nas discussões e pautas legislativas, e não necessariamente adotar uma postura ideológica. Mesmo o PL, partido do presidente Bolsonaro, não deverá colocar-se como oposição ferrenha ao longo dos quatro próximos anos de governo, já que seu apoio a Bolsonaro é fisiológico. Com a vitória de Lula, é



possível (até provável), que esse partido coloque-se novamente mais ao centro, negociando o seu apoio individualmente em cada pauta levada pelo Governo do PT ao plenário e às comissões.

Outra questão a qual o presidente deve estar atento refere-se ao fato de que uma ampla coalizão de apoio praticamente incondicional, como se deu em seus dois primeiros mandatos, é improvável em virtude da composição e do crescimento da direita conservadora, assim, em termos de apoio inicial seu Governo deve se assemelhar mais ao segundo Governo de Dilma Roussef, com os partidos do Centro mais fortalecidos, especialmente o PL e o União Brasil, que possuem em seus quadros adversários políticos clássicos do presidente Lula, e que podem dificultar eventuais conversas, além de exigirem maiores concessões para aprovação e implementação de pautas.

Há ainda a dificuldade quanto ao controle da Presidência e das principais Comissões na Câmara dos Deputados. Mesmo compondo o Centrão, a tendência é que PL, União Brasil e PP (esses dois últimos discutem inclusive a possibilidade de fusão) se unam em torno da reeleição de Arthur Lira para a presidência, o que impossibilitaria que um nome pretendido pelos partidos que formam a base de apoio do presidente Lula seja viabilizado como alternativa. O comando da presidência da Câmara dos Deputados é importante principalmente para determinação da agenda de votações, e do que será levado ao plenário, gerando uma maior dificuldade a Lula para a implementação de seus projetos e políticas públicas.

No que se refere à presidência das Comissões, estas são definidas pela proporcionalidade partidária, assim, as principais comissões parlamentares, como a de Constituição e Justiça, devem ficar sob controle do PL.

No que diz respeito ao Senado, o presidente terá uma facilidade um pouco maior. Ainda que o PL tenha crescido sensivelmente, a presidência da casa legislativa poderá ser alcançada caso haja uma organização entre PSD, PT e MDB (este último capitaneado por Renan Calheiros e Simone Tebet), para lançar um candidato. Há que se dizer que nessa hipótese, a dificuldade residiria em manter essa organização no Senado coesa o suficiente para implementar a agenda e as pautas do presidente, principalmente devido a heterogeneidade do grupo como um todo, e do MDB internamente.

Caberá, portanto, a Lula utilizar sua habilidade política, e cercar-se de nomes com essa mesma competência, para que seja capaz de construir a governabilidade do seu governo no médio e no longo prazo.

7



### 3. GOVERNABILIDADE POR TEMAS



#### REVISÃO DA REFORMA TRABALHISTA PROBABILIDADE DE DISCUSSÃO: MÉDIA

Um dos temas defendidos pelo presidente Lula durante a sua campanha foi a revisão de alguns pontos da Reforma Trabalhista implementada durante o governo Temer, que criou novas modalidades de contratação. Defende a extensão social para os trabalhadores autônomos, especialmente os de aplicativo. A atual situação econômica do país, com uma alta informalidade nos empregos, fará com que o tema seja eventualmente discutido no Congresso Nacional, há que se dizer, no entanto, que a atual composição dificulta uma revisão mais ampla, principalmente ante o fato de a proposta ter sido aprovada em um Governo do MDB, necessário para a governabilidade, e pelo fato de que a modificação de legislação influenciar questões previdenciárias, o que exigiria o apoio de pelo menos 308 deputados federais, já que alteraria a constituição.



#### POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE À FOME PROBABILIDADE DE DISCUSSÃO: MÉDIA

O combate à fome é prioridade do Governo Lula. A alta da inflação encarece os alimentos; o desemprego e a diminuição da renda dificultam ainda mais a alimentação básica da população. O tema é importante, e deverá ser discutido no Congresso Nacional, principalmente por

englobar questões como estoques reguladores, e apoio à produção de alimentos por parte de pequenos agricultores, além de envolver fomento à agricultura orgânica. Além disso, também defende o retorno e a ampliação do Bolsa Família. A aprovação de eventuais estoques reguladores e subsídios à produção de alimentos orgânicos dependerá de apoio da Bancada Ruralista, que demandará concessões por parte do Governo Federal para apoiar políticas públicas nesse sentido. Por sua vez, a ampliação e o aumento do Bolsa Família dependerá do esclarecimento quanto às regras e valores, que terão um impacto orçamentário, e precisarão de apoio de um Centrão orientando a uma maior responsabilidade fiscal para estabilização econômica. É importante frisar que o orçamento de 2023 permite pouca margem para manobra.



#### NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS E JOGOS DE AZAR PROBABILIDADE DE DISCUSSÃO: BAIXA

O presidente não fez menção direta à descriminalização no seu plano de governo, e evitou tratar do assunto durante a campanha; já a questão da liberação de jogos de azar gera controvérsia dentro da própria base governista. As pautas de segurança pública sempre avançaram pouco no PT, e deverão ter uma maior atenção durante o terceiro mandato de Lula, principalmente com a valorização dos policiais, que formam uma das bases eleitorais de Bolsonaro, e um aceno político à chamada Bancada da Bala, que terá pelo menos 46



representantes. Assim, a discussão acerca da descriminalização, tanto das drogas quanto dos jogos, temas sensíveis a essa bancada e aos evangélicos, deverão encontrar uma maior dificuldade para caminhar na nova legislatura.



## **PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS E PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS** PROBABILIDADE DE DISCUSSÃO: BAIXA/ALTA

O presidente defendeu durante a campanha o fim da política de paridade de preços internacional, considerando questões como custos nacionais, adequação aos investimentos em refino e distribuição, com um verdadeiro “abrasileiramento” dos preços. Dessa forma entende que o viés pró-mercado adotado durante o Governo Bolsonaro, com a redução da Petrobras e o desfazimento de ativos com a BR Distribuidora e Refinarias, devem ser revistos. Defende, portanto, o reinvestimento na estatal, se opondo de maneira clara à privatização, e focando na transição de matriz energética, focada em uma agenda mais ecológica. Com a diminuição da chamada Direita Liberal, e o crescimento do Centrão, a privatização da estatal deve sair do radar, e o foco das discussões deve girar em torno de políticas públicas voltadas à diminuição do preço dos combustíveis.



## **REVISÃO DAS POLÍTICAS PARA O MEIO-AMBIENTE** PROBABILIDADE DE DISCUSSÃO: MÉDIA

A revisão das políticas ambientais do país é tema

de cobrança por parte de nações e da própria sociedade. Alguns políticos, como o governador do Pará Helder Barbalho, já expressaram preocupação acerca inclusive da possibilidade de o Brasil passar a sofrer com embargos econômicos, caso alguns temas como desmatamento, proteção da Amazônia legal, código florestal, fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente e da Funai, com re-mobilização destes, não sejam revistos. A desmobilização dos órgãos de proteção ambiental no governo Bolsonaro levou a boicotes a produtos brasileiros em alguns países, além da paralisação do acordo de livre comércio entre União Européia e Mercosul. Assim, a pauta é de interesse até da chamada Bancada Ruralista, que defende, no entanto, contrapartidas como a facilitação do licenciamento ambiental, e medidas mais fortes acerca da proteção à propriedade. A dificuldade para Lula não reside, portanto, em discutir o tema, mas sim em costurar uma solução que abarque interesses diametralmente opostos.



## **MODIFICAÇÃO E REVISÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS** PROBABILIDADE DE DISCUSSÃO: MÉDIA

A condução da política fiscal e econômica, principalmente no primeiro ano do Governo, demandará extrema cautela por parte do presidente. O orçamento para 2023 já está praticamente todo comprometido, e a imposição de novas políticas populistas dificultaria a condução da economia a longo prazo. Assim, temas como a revogação do teto dos gastos públicos, devem dar lugar a uma reorganização das finanças do país, o que exigirá um Ministro da Economia com técnica e capacidade de articulação política. Em contrapartida, uma reforma tributária que simplifique o complexo sistema brasileiro, pode ter uma maior facilidade para avançar nas casas legislativas.

Deve haver o entendimento por parte do Presidente de que o orçamento de 2023 e as políticas econômicas dificilmente refletirão as vontades políticas e as promessas de campanha do petista, a disputa pela presidência da Câmara dos Deputados fará com que Arthur Lira (PP/AL) mantenha a execução orçamentária elevada, especialmente com a manutenção do orçamento secreto (criticado pelo presidente, e por sua apoiadora Simone Tebet), de forma a possibilitar a construção de uma maioria para a sua reeleição para presidente da casa legislativa.



## **NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL** PROBABILIDADE DE DISCUSSÃO: ALTA

O presidente declarou durante a campanha que o estado deve funcionar como indutor e coordenador do crescimento econômico. Assim, as companhias estatais devem ganhar novamente protagonismo no cenário industrial brasileiro. O presidente eleito também defende que haja um novo processo de industrialização, com investimentos em setores como energia renovável, biocombustíveis, agroindústria sustentável, mineração, além da utilização da capacidade de desenvolvimento tecnológico do país e a possibilidade de compras públicas por parte da União para fomentar o surgimento de complexos industriais em áreas como saúde, energia, alimentos e defesa. O segundo mandato do governo Lula e a presidência de Dilma, sofreram diversas críticas por parte da oposição devido ao gasto público excessivo, com o desperdício de recursos e o subsídio de bancos estatais, através de incentivos fiscais, a setores e empresas que pouco produziam, assim, o presidente Lula deverá adotar medidas que privilegiam áreas que, ao mesmo tempo, sejam comprovadamente eficientes, e que despertem o interesse do Centrão,

para que obtenha sucesso na implementação de sua nova agenda para a indústria.



## **MODIFICAÇÃO DA POSTURA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA** PROBABILIDADE DE DISCUSSÃO: ALTA

Apesar de política externa ser uma atribuição mais comumente relacionada ao executivo, especialmente ao Ministério das Relações Exteriores e ao Itamaraty, é certo que a postura bélica de alguns congressistas, seja na Comissão de Relações Exteriores e Defesa, seja no próprio plenário da Câmara contra alguns países, somadas à postura de Bolsonaro referente a questões como proteção ao Meio-Ambiente e a Guerra entre a Ucrânia e a Rússia, contribuíram para a corrosão da imagem do Brasil no exterior. Tal conduta levou a perda do protagonismo do país na liderança em questões ambientais, dificultando também a implementação de novos acordos comerciais. Lula já deixou claro que seu terceiro mandato se prestará a renovar e recuperar a imagem e a hegemonia do Brasil no posto de mediador para crises internacionais, valorizando ainda os BRICS e o Mercosul. Para tanto, necessitará do apoio do Congresso Nacional, que é o responsável por respaldar políticas públicas que são vistas como prioritárias para os parceiros diplomáticos e comerciais brasileiros, além de validar e incorporar tratados internacionais ao ordenamento jurídico pátrio. Com a China, a questão dos investimentos em infraestrutura e nos acordos de agronegócio são essenciais, com a Rússia uma postura de diálogo e mediação para solucionar o conflito com a Ucrânia, com a Índia o fortalecimento do intercâmbio de tecnologias entre os países, e com o Mercosul a recuperação da imagem ambiental do país, para que o acordo com a União Européia seja finalizado.



## AVIAÇÃO CIVIL E TURISMO

PROBABILIDADE DE DISCUSSÃO: ALTA

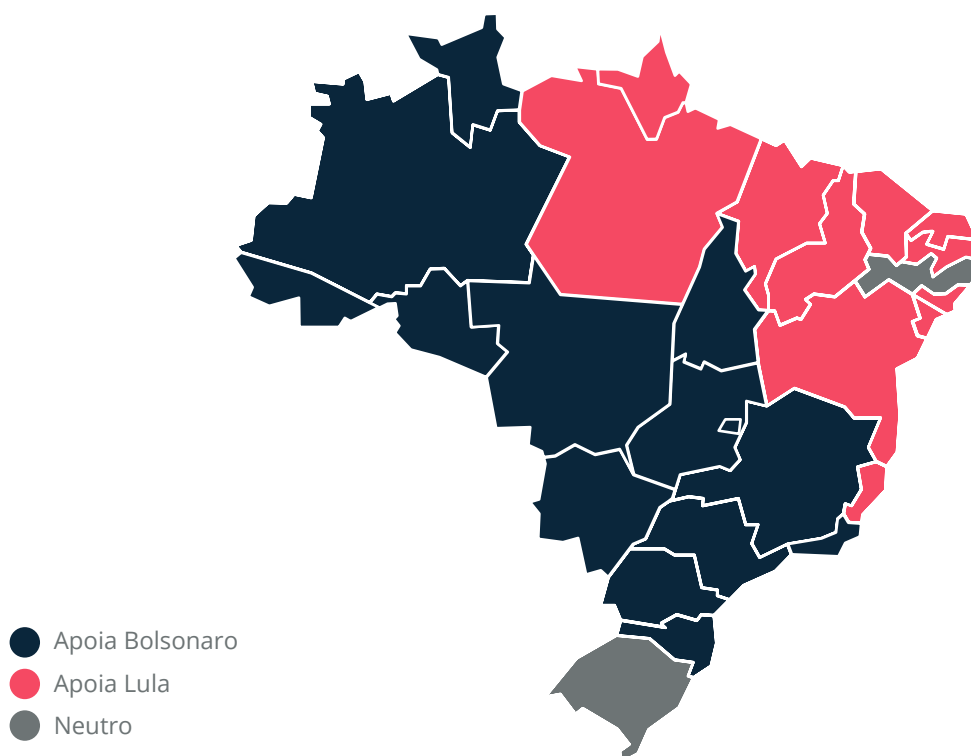
O presidente eleito tem falado reiteradamente na recuperação da economia brasileira, e uma das formas pelas quais ele tem demonstrado que isso pode ser feito é através da fomentação do turismo no país, seja internamente ou externamente. De acordo com Lula, o crescimento do turismo representa geração de empregos, melhoria nos salários, combate ao desmatamento e à poluição, mas para que isso seja alcançado é necessário que a população tenha condições econômicas e que haja uma melhoria da imagem do país no exterior, especialmente no que diz respeito a temas como preservação ambiental e segurança. Assim, temas que são constantemente discutidos e que geram insegurança jurídica para os novos entrantes, especialmente as companhias Low Costs, como a cobrança de passagens aéreas e o valor do Querosene de Aviação, devem estar no radar da equipe econômica do presidente nos próximos meses. Uma legislação ou regulação específica sobre o tema pode ser construída com o apoio da Bancada do Turismo, e de estados no Nordeste onde o presidente teve votações expressivas, e que clamam por um ambiente regulatório que favoreça o crescimento e a retomada do turismo pós-pandemia.

## 4. RESULTADO 2º TURNO - ESTADOS

SÃO PAULO		RIO GRANDE DO SUL	
Tarcísio (Republicanos)	Eleito ●	Eduardo Leite (PSDB)	Eleito ●
Haddad (PT)	●	Onyx Lorenzoni (PL)	●
ESPÍRITO SANTO		ALAGOAS	
Renato Casagrande (PSB)	Eleito ●	Paulo Dantas (MDB)	Eleito ●
Manato (PL)	●	Rodrigo Cunha (UB)	●
AMAZONAS		BAHIA	
Wilson Lima (UB)	Eleito ●	Jerônimo (PT)	Eleito ●
Eduardo Braga (MDB)	●	ACM Neto (UB)	●
MATO GROSSO DO SUL		PARAÍBA	
Eduardo Riedel (PSDB)	Eleito ●	João Azevêdo (PSB)	Eleito ●
Capitão Contar (PRTB)	●	Pedro Cunha Lima (PSDB)	●
PERNAMBUCO		SERGIPE	
Raquel Lyra (PSDB)	Eleito ●	Fábio (PSD)	Eleito ●
Marílias Arraes (PSB)	●	Rogério Carvalho (PT)	●
SANTA CATARINA		RONDÔNIA	
Jorginho Mello (PL)	Eleito ●	Coronel Marcos Rocha (UB)	Eleito ●
Décio Lima (PT)	●	Marcos Rogério (PL)	●

- Apoia Bolsonaro
- Apoia Lula
- Neutro

## 5. APOIO POR ESTADO



13

### ELEITOS NO PRIMEIRO TURNO

- **Minas Gerais** - Romeu Zema (Novo)
- **Rio de Janeiro** - Cláudio Castro (PL)
- **Distrito Federal** - Ibaneis Rocha (MDB)
- **Acre** - Gladson Camelli (PP)
- **Goiás** - Ronaldo Caiado (UB)
- **Maranhão** - Carlos Brandão (PSB)
- **Mato Grosso** - Mauro Mendes (UB)
- **Pará** - Helder Barbalho (MDB)
- **Paraná** - Ratinho Júnior (PSD)
- **Rio Grande do Norte** - Fátima Bezerra (PT)
- **Roraima** - Antonio Denarium (PP)
- **Tocantins** - Wanderlei Barbosa (Republicanos)
- **Amapá** - Clécio (Solidariedade)
- **Ceará** - Elmano Freitas (PT)
- **Piauí** - Rafael Fonteles (PT)

### ELEITOS NO SEGUNDO TURNO

- **São Paulo** - Tarcísio (Republicanos)
- **Rio Grande do Sul** - Eduardo Leite (PSDB)
- **Espírito Santo** - Renato Casagrande (PSB)
- **Alagoas** - Paulo Dantas (MDB)
- **Amazonas** - Wilson Lima (UB)
- **Bahia** - Jerônimo (PT)
- **Mato Grosso do Sul** - Capitão Contar (PRTB)
- **Paraíba** - João Azevêdo (PSB)
- **Pernambuco** - Raquel Lyra (PSDB)
- **Sergipe** - Fábio (PSD)
- **Santa Catarina** - Jorginho Mello (PL)
- **Rondônia** - Coronel Marcos Rocha (UB)

## 6. CONCLUSÃO

O processo eleitoral de 2022 ficará registrado como um dos mais polarizados e violentos dos últimos anos. Ataques à segurança das urnas, a legitimidade do sistema eleitoral, as instâncias superiores que, direta ou indiretamente, lidam com temas referentes às eleições, como o TSE e o STF, casos de coação e constrangimento eleitoral, e até violência física contra eleitores e contra a imprensa foram registrados.

Nos últimos dias tivemos um ex-Deputado apoiador de Bolsonaro atacando uma ministra do STF por redes sociais, e a Polícia Federal diretamente com armas e granadas táticas, além de acusações por parte da campanha do atual presidente de uma possível manipulação eleitoral através das inserções em rádio, ainda que não exista nenhuma comprovação clara de que tal prática de fato ocorreu na forma como é posta pelo candidato derrotado.

Ainda que não tenha efeito prático de mudar o resultado das eleições, tais fatos inflam boa parte da sua base apoiadora mais radical, que pode, nos próximos dias e semanas, intentar

algo semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos, com a invasão do Capitólio, atacando órgãos públicos, principalmente o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, aumentando a possibilidade de confrontos com forças de segurança, levando a um risco de um efeito dominó com a escalada da violência política.

Resta saber como Bolsonaro irá se comportar diante de tal cenário: aceitará a derrota e fará uma transição moderada? Ou continuará alegando fraude e um conluio para tirá-lo do poder? Sua postura deve dar o tom de como será a transição de governo e os próximos meses.

A Lula, cabe esclarecer os pontos do seu plano de governo que ainda não foram postos às claras, como o Projeto Econômico para os próximos anos; montar sua equipe ministerial, de forma a já iniciar o planejamento para 2023 o mais rápido possível; além de acalmar os ânimos de parte da população que continuará, por certo, insatisfeita com o resultado das eleições. Trata-se, portanto, de um momento de busca por moderação e diálogo com todos os setores da sociedade civil e da política.

## AUTORES



**Felipe Peleteiro**  
Gerente de Assuntos Públicos

[felipe.peleteiro@llorentycuenca.com](mailto:felipe.peleteiro@llorentycuenca.com)

Em sua trajetória profissional, Peleteiro acumula passagens tanto no público e setores privados. Ele trabalhou no área de licitações, contratos, convênios e público-privado parcerias do Governo do Estado da Bahia e governo liderando projetos de relacionamento em escritórios de advocacia e empresas ligadas à tecnologia e ao indústrias de saúde. Tem um grau em Direito, pós-graduado em Direito e MBA em Relações Governamentais.



**Thyago Mathias**  
Diretor-Geral Brasil

[tmathias@llorentycuenca.com](mailto:tmathias@llorentycuenca.com)

Especialista em Comunicação Estratégica e Advocacy para indústrias altamente regulamentadas e mercados, Thyago tem mais de 18 anos de experiência em projetos desenvolvidos no Brasil e na América Latina e o reconhecimento de cerca de 20 prêmios nacionais e internacionais. Reúne experiências tanto no setor público (na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro quanto no Governo Federal por meio da área de consultoria e projetos da Fundação Getúlio Vargas) e em algumas das maiores empresas de mídia do Brasil (como a TV Globo e o portal UOL). Na LLYC, trabalhou por mais de 6 anos nas áreas de Advocacy, assuntos regulatórios, reputação e gestão de crises, entre 2013 e 2020, quando liderou a criação de nossa expertise em Saúde e Advocacy. Em 2021 voltou à empresa como diretor administrativo. Thyago é formado em Jornalismo pela PUC-Rio e em Direito pela Unirio, com especialização em Relações Internacionais (PUC-Rio) e MBA em Gerenciamento de Projetos pela FGV.

A divulgação e reprodução do material contido nesta publicação só é autorizada para fins não comerciais, citando em qualquer caso a fonte dos materiais utilizados.

Para mais informações:

**Felipe Peleteiro**

Gerente de Assuntos Públicos  
LLYC Brasil

[felipe.peleteiro@llorentycuenca.com](mailto:felipe.peleteiro@llorentycuenca.com)



**LLORENTE Y CUENCA**